



Relatório do 11º Encontro do Grupo de Condução da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública

Rio de Janeiro, 26 e 27 de março de 2013.



Participantes

Alexander Sibajev

Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Rondônia (CCS/UFRO)

Domínio Sá

Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM/Fiocruz-PE)

José Inácio Mota

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz)

José Ivo Pedrosa

Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade Federal do Piauí
(NESP/UFPI)

Juliana Sampaio

Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba
(NESC/UFPB)

Júlio Schweickardt

Fiocruz/AM

Ondina Canuto

Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE)

Regina Flauzino

Instituto de Saúde da Comunidade da Universidade Federal Fluminense (ISC/UFF)

Regina Gil

Escola de Saúde Pública do Paraná (ESP/PR)

Secretaria Executiva da Rede de Escolas

Alex Bicca

Francisco Salazar

Luana Furtado

Patricia Pol

Rosa Souza

Tânia Celeste Matos Nunes



O 11º Encontro do Grupo de Condução da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública aconteceu nos dias 26 e 27 de março de 2013 e teve como pauta os seguintes pontos:

- Comunicação e a Informação na Rede de Escolas
- Organização da Oferta Educativa da Rede de Escolas
- Autorização de funcionamento dos cursos Lato Sensu nas Escolas da Rede – relações com o Conselho Federal de Educação
- QualiConselhos – atualizações e perspectivas
- Acreditação Pedagógica na Rede de Escolas – atualizações, perspectivas e planejamento das oficinas
- Educação Permanente
- Projeto de Desenvolvimento Institucional

Participaram do Encontro os componentes do Grupo de Condução: **Alexander Sibajev**, da Universidade Federal de Roraima; **Célia Regina Rodrigues Gil**, da Escola de Saúde Pública do Paraná; **Domício Sá**, da Fiocruz/PE; **Ondina Canuto**, da Escola de Saúde Pública do Ceará, substituindo Ivana Barreto; **José Inácio Motta**, da Escola Nacional de Saúde Pública; **José Ivo Pedrosa**, do NESC da Universidade Federal do Piauí; **Juliana Sampaio**, do NESC da Universidade Federal da Paraíba; **Júlio Schweickardt**, da Fiocruz/AM e **Regina Flauzino**, da Universidade Federal Fluminense, além dos membros da Secretaria Executiva da Rede.

A Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede, Professora **Tânia Celeste** deu as boas vindas aos participantes, destacando o papel político desse grupo, na capilarização das ações no conjunto das Escolas e nas atividades em rede, inclusive, na perspectiva da construção de sub-redes. Informou aos participantes que a Rede estará presente no dia 23 de abril à posse do Presidente do CONASS, com as presenças de Júlio Schweickardt (Amazonas), Ivana Barreto (Ceará), Regina Gil (Paraná) e Marcelle Paim (Bahia), e da própria Tânia Celeste, representando a Secretaria Executiva da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública.

Júlio Schweickardt relata que foi convidado pelo no Ministério da Saúde para participar nos dias 3 e 4 de abril de uma discussão sobre a gestão do trabalho, convidado pela Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, destacando a boa oportunidade de tomar conhecimento de um diagnóstico da gestão do trabalho nas Secretarias Estaduais de Saúde,



especificamente, as da Região Norte. Nesta mesma ocasião, também será discutido o tema do Mestrado Profissional em Saúde.

O Professor José Inácio concordou com a ideia de é necessário ampliar a mobilização da Rede, que considera pequena, e só se coloca visível nos momentos dos Encontros Nacionais e das reuniões do Grupo de Condução. Para ele, a criação do Grupo de Trabalho é capaz de mobilizar outros atores que não fazem parte do Grupo de Condução. Na sua perspectiva, o Grupo de Condução deveria ser um coletivo, que definiria ações a serem executadas por Grupos de Trabalho, conferindo mais vivacidade, lateralidade e capilaridade à Rede, inclusive, com a criação de eventos regionais.

De fato, no último Encontro Nacional houve a construção de dois GT: o de Educação Permanente e o de Saúde Pública - a Professora Tânia solicitou que o GT para Saúde Pública fosse desenvolvido mais a frente, tendo em vista que a proposta de realizar um Curso Nacional de Saúde Pública à distância pela ENSP, com ativa participação das Escolas foi adiado pela ENSP.

O Professor José Inácio disse ainda que foi convidado pelo Prof. Antônio Ivo de Carvalho, Diretor da ENSP, a mapear a Rede de Escolas com ação em outros países da América do Sul, que tem uma característica muito semelhante à nossa, já que foi construída de forma ascendente. O atual presidente desta Rede é o presidente do Uruguay, Jose Mojica. São 12 Escolas definidas pelos Ministérios de seus países, sem um fator que os identifique enquanto parceiros. Há uma tentativa de organização regional a partir das 12 Escolas.

Ainda de acordo com José Inácio, a Rede da América do Sul também reconhece a dificuldade de criar capilaridade, e, até mesmo, de realizar um diagnóstico de sua configuração e das possibilidades de articulação e de produção de movimentos. Para ele, é preciso pensar na intersecção das duas Redes e articulá-las. Apenas três países da América Latina possuem uma Rede de Escolas constituída: Brasil, Chile e Venezuela, das quais, o Brasil é uma referência.

José Ivo Pedrosa relata que foi convidado pela SGTES junto com atores que atuaram na implementação da 1ª Edição da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, com o objetivo de discutir a baixa execução dos recursos destinados à implementação da política. Rediscutiu-se também a política e a necessidade de ressignificá-la conceitualmente. A ideia, de



acordo com Ivo, seria fazer a cartografia da atual implementação para enfim potencializá-la, resgatando-se experiências exitosas em EP, localizando os facilitadores de Educação Permanente formados e favorecendo a criação de mecanismos estaduais que facilitem a execução financeira dos recursos que são destinados a essa Política e que têm baixíssima execução.

Nessa oportunidade, foi proposta uma reunião com um grupo menor, que, de forma emergencial possa fazer sugestões para otimizar a execução dos recursos destinados aos estados, que é uma preocupação recorrente do Ministério da Saúde e dos Estados. José Ivo relata que foi mencionada uma dificuldade de execução dos recursos da EP na interlocução com algumas equipes do Ministério Público nos Estados e as Escolas poderão buscar mecanismos de superação.

Regina Gil observa que também participou da Câmara Técnica de Recursos Humanos no CONASS sobre esse tema e aporta a informação de que parte desses recursos destinados à Educação Permanente fica retida pela educação técnica, que movimenta um grande volume de recursos, que são empenhados. Desta forma, acabam por engessar as outras ações da pós graduação. A professora também destacou que o maior problema para as Escolas é a não possibilidade de pagamento aos seus professores convidados a partir de recursos provenientes da PNEPS, por se tratarem de funcionários públicos.

A professora Juliana Sampaio relata que na Paraíba os recursos são separados para a EP e para a educação técnica, mas considera que a discussão conceitual da EP não alcança a educação técnica, assim como a formação continuada no estado. Ressalta que os processos burocráticos não ajudam e que o Ministério da Saúde e o CONASS poderiam trabalhar de forma mais cooperativa com os estados. Juliana Sampaio também destaca que é preciso ter cuidado ao se dizer que “o recurso está parado”, pois soa como incompetência das Escolas ou das SES. Para ela as Escolas precisam agir de forma mais proativa junto à SGTES para a implementação da Política.

A representante do Ceará, Ondina Canuto, relata que seu estado criou um Decreto para o pagamento de hora/aula para que os professores da Escola possam executar ações da Educação Permanente. A professora Ondina também noticiou que o Estado está



regulamentando outro Decreto para possibilitar a descentralização de recursos anualmente para as Escolas. Para Ondina, faz-se necessário, sobretudo, sensibilizar os gestores para a real necessidade da formação.

José Ivo Pedrosa aponta que são duas as discussões básicas em torno da EP: a primeira trata de seus aspectos gerenciais, que implica nos repasse dos recursos, e a segunda é a discussão sobre o que são as práticas da EP. Para o professor, a nova portaria que será lançada pelo Ministério da Saúde não foi produzida em diálogo com os estados e poderá reproduzir o problema ora presente.

Juliana Sampaio aponta para a dimensão política da EP, que para ela não ficou clara com a edição das Portarias, que levou à conseqüente perda do sentido político das Comissões de Integração Ensino Serviço – CIES, levando com que a CIB tome as decisões, quase que isoladamente, dos rumos da educação na saúde, em especial, a educação permanente. Para Juliana, é preciso pensar em outros mecanismos e dispositivos de EP, como as Residências e o VERSUS, que vem demonstrando avanços.

Domício Sá defende que a Rede capitaneie seminários, documentos e experiência exitosas em EP. De acordo com o professor, as CIES se perderam, estão tomadas pelos gestores e ainda sofrem preconceito por parte das instituições de ensino que se recusam a participar das mesmas. Destacou que a pauta da Câmara Técnica do CONASS foi “O que o Ministério da Saúde entende por EP”. Em decorrência dessa reunião seria lançada uma Portaria, para flexibilizar a utilização dos recursos, mas até o momento esse assunto não evoluiu.

.....

A tarde do primeiro dia foi dedicada ao QualiConselhos. Os coordenadores do Programa Assis Mafort e Pablo Dias Fortes falaram da transformação da proposta do QualiConselhos, de um curso de formação para conselheiros, para um Programa de Apoio à Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS. De acordo com o professor Assis, houve um conjunto de mudanças nas atividades, mas sobretudo políticas que conferem às coordenações estaduais muito mais autonomia no processo de sua gestão.



Nesse sentido, convidou os participantes a estarem presentes na Oficina de 9 e 10 de abril com as coordenações estaduais, onde serão discutidas e avaliadas as ações desta nova proposta. Tal encontro, desta forma, deverá funcionar como uma espécie de laboratório de inovação que norteará as ações em cada estado.

O programa terá início com um Curso de Ativação com os conselheiros já inscritos, que deverá traçar um diagnóstico regional dos processos de controle social para, a partir do mesmo, serem construídos processos de educação permanente adequados à realidade local, com o objetivo de fomentar autonomia, construída em cima de valores e coordenação conjunta, bases do conceito de federalismo.

O membro do Grupo de Condução, e também coordenador estadual do QualiConselhos, Domício Sá, parabenizou a equipe pela nova proposta que poderá minimizar os problemas de condução e pactuação que colocaram um impasse na proposta original. Para Domício, essa proposta é mais estratégica para a implementação da EP para o controle social, e que era preciso superar o “medo” dos conselheiros dos computadores e da internet.

Pablo destacou que o Curso de Ativação, será um fomentador de temas geradores mais específicos à realidade de cada estado e que os respectivos conselhos terão que se mobilizar e dialogar com os fóruns locais. Para Pablo, na medida que se vai “tecendo a guia” é que vai se conferindo seu objetivo, o que pode ser considerado um processo vivo em EP. Os facilitadores outrora selecionados integrarão um banco de dados que acessarão os diagnósticos que se desencadearão a partir desta primeira fase.

José Ivo Pedrosa aponta para a necessidade das coordenações estaduais atuarem de forma conjunta com seus conselhos, comprometendo-os.

Já Regina Gil aponta que o Paraná irá fazer a formação em informática para os conselheiros do seu estado, anteriormente proposta pelo PID, mas que não foi completamente implementada, além do mapeamento das iniciativas de formação para conselheiros já existentes.

.....

A Secretaria Executiva da Rede apresentou ao Grupo uma preliminar do levantamento da oferta de cursos de suas Escolas. Essa ação tem como objetivo central ter uma dimensão dos



Cursos que serão ofertados pela Rede, mas também para subsidiar entendimentos com outros órgãos, como por exemplo o Conselho Nacional de Saúde em torno da Resolução nº 7 de 2011, que revoga as normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, que preconizava que tais instituições certifiquem seus cursos de Especialização, com exceção das Escolas de Governo. Com a sua revogação, essas últimas perderam essa prerrogativa e a Secretaria Executiva da Rede está em entendimentos para colaborar com as Escolas na superação desse impasse.

A Secretaria também apresentou um documento do MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional, como uma proposta, para que as Escolas que ainda enfrentam o impasse da certificação possam pleitear junto ao MEC essa autorização pela sua importância e relevância na formação em saúde pública para o SUS. A professora Tânia Celeste irá à Brasília dia 23 de abril, onde discutirá este problema com o MEC e o Conselho Nacional de Educação.

.....

No final do primeiro dia, a Professora Tânia Celeste fez uma breve exposição acerca do Projeto de Acreditação Pedagógica, relatando ao Grupo os desdobramentos da visita à École des Hautes Études em Santé Publique, de Rennes, instituição francesa que vem cooperando para a implementação deste projeto junto à Rede de Escolas.

Foram apresentados os consensos formulados durante a visita à EHESP, que também contou com a participação do presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Luis Eugênio Portela; e da coordenadora do GT de Trabalho e Educação da ABRASCO, Isabela Cardoso, e de Rosa Souza, coordenadora do GT de Acreditação Pedagógica na Rede e membro da Secretaria Executiva.

A EHESP é parceira do projeto de Acreditação Pedagógica desde o seu nascimento e, durante o encontro, foi representada pelos professores Christian Chauvigné, responsável pelo Centro de Apoio à Garantia da Qualidade; e Arnold Magdelaine, responsável pelo Desenvolvimento e Inovação Pedagógica da Escola francesa.



Os trabalhos realizados em Rennes permitiram a estruturação de todo o processo acreditador, sendo, também, estimada uma agenda de desdobramentos no Brasil para os anos de 2013 e 2014, que culminará com a criação da Agência Acreditadora no âmbito da ABRASCO. O Grupo de Condução sugeriu ajustes no tempo de implantação, enfatizou a importância das oficinas nos Estados sobre o tema e indicou os professores José Ivo Pedrosa, do NESP/UFPI; e José Inácio Mota, da ENSP/Fiocruz para comporem a Comissão de Implantação da Agência junto à ABRASCO e à Secretaria Executiva. Os dois professores representarão o Grupo de Condução da Rede nesse processo. Com essa iniciativa, o grupo de transição da agência passaria a ter 3 representações: Grupo de Condução (2 membros), Secretaria Executiva (2 membros) e ABRASCO (2 membros).

Na manhã do segundo dia, a professora Rosa Souza, coordenadora do Projeto de Acreditação Pedagógica falou sobre as atualizações e perspectivas do Projeto de Acreditação Pedagógica destacando a missão do Sistema Nacional de Acreditação dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública. A professora falou ainda sobre o fluxo e cronograma do processo de experimentação pedagógica e sobre a organização da agência acreditadora.

A tarde do segundo dia foi dedicada à composição de uma proposta para o enfrentamento dos desafios colocados para a Educação Permanente, amplamente debatidos no primeiro dia. O Grupo acordou com a criação de um Grupo de Trabalho entre os dirigentes para impulsionarem esse projeto no âmbito da Rede, com a colaboração de algumas Escolas, que já indicaram seus representantes no 9º Encontro Nacional, ocorrido em dezembro. Domício Sá, Juliana Sampaio, José Ivo Pedrosa e José Inácio Mota são os dirigentes que coordenarão essa pauta em 2013. Foi proposto que a Secretaria da Rede faça um mapeamento das CIES, já que este foi considerado pelo grupo como um espaço estratégico para a política de Educação Permanente, sendo sugerido que a Rede organize uma ação pedagógica nesse sentido.

Acordou-se, ainda, que seria criado um fórum virtual para o desdobramento de discussões relacionadas à Educação Permanente e à Educação na Saúde. Luana Furtado e Alex Bicca ficarão responsáveis por essa atividade.